

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

COMUNICADO AO PROCESSO CSDP 210/13

**VI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS AO INGRESSO
NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, tendo em vista o VI Concurso Público de Provas e Títulos ao ingresso na carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, regido pelo Edital de Abertura de Inscrições publicado no Diário Oficial do Estado - Caderno Executivo I, de 13/07/2013, TORNA PÚBLICA:

I – a inclusão do item 74.1 - As provas poderão exigir do candidato conhecimento do posicionamento jurisprudencial acerca dos itens relacionados no programa de cada matéria.

II – a retificação no Anexo I – Composição da Banca Examinadora e Programa das Disciplinas

Leia como segue e não como constou:

DIREITO CONSTITUCIONAL – Dr. Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA – Dr. Márcio Alves da Fonseca

DIREITOS HUMANOS (Renumeração dos itens)

1. Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos.
2. A evolução histórica dos Direitos Humanos.
3. O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Declarações e Tratados da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.
4. Justiça internacional e os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos. Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos. Sistemas da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos: estrutura, competência, funcionamento e documentos produzidos.
5. Jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos: casos contenciosos e opiniões consultivas.

6. Comissão interamericana de Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão.
7. Fontes, classificação, princípios e características do direito internacional dos Direitos Humanos.
8. Normas de interpretação dos tratados de Direitos Humanos.
9. Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais.
10. O dever estatal de dar pleno cumprimento às obrigações assumidas em tratados internacionais: o caso dos Direitos Humanos.
11. A vigência e eficácia das normas do direito internacional dos Direitos Humanos. As possibilidades de oposição de reservas e de oferecer denúncia relativas aos tratados internacionais de Direitos Humanos.
12. A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao direito brasileiro.
13. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face do artigo 5º, e seus parágrafos, da Constituição Federal.
14. O controle de convencionalidade.
15. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil.
16. Direitos Humanos e acesso à justiça. 16.1. O dever dos estados de promover o acesso à justiça. 16.2. Desenvolvimentos no âmbito da organização dos estados americanos relacionados à Defensoria Pública. 16.3. Previsões legais de direito interno relativas à Defensoria Pública.
17. Direitos Humanos das minorias e grupos vulneráveis: Mulher, Discriminação racial, Diversidade sexual, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Povos Indígenas, Refugiados.

Os demais itens do Edital de Abertura de Inscrições permanecem inalterados